

- HABERMAS, J. (1994). *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- IASI, M. L. (2006). *As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular.
- JACQUES, M. da G. C. (2006). Identidade e trabalho. In: CATTANI, D. & HOLZMANN, L. (orgs). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- KOFES, S. (1994). Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. *Cadernos Pagu* (3) (pp. 117-141).
- KOVÁCS, I. (2002). Cómo hacer visible el trabajo que el discurso dominante oculta. In: *Sociología del Trabajo*, nueva época (45) (pp.25-51).
- LANE, S. T. M. (1994). Prefácio. In: CIAMPA, A. da C. *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.
- MALUF, S. W. (1999). Antropologia, narrativas e busca do sentido. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n.12, (pp.69-82).
- MARQUES, E. K.; et al. (2004). Conjunturas desfavoráveis consolidam o perfil feminino do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: *Mulher e Trabalho*. FEE, FGTAS/SINE-RS; DIESES; SEADE-SP; FAT/TEM; PMPA: (4).
- MARX, K. (1996). *O Capital Crítica da Economia Política*. Volume I, Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- _____. (1996). *Para a Crítica da Economia Política*. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura.
- MENELEU NETO, J. (1998). Desemprego e Luta de Classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F. J. S. & OLIVEIRA, M. A. (Org.). *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Cortez. (1), (pp. 7-252).
- MÉSZÁROS, I. (2006). *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo.
- NOGUEIRA, C. M. (2007). As trabalhadoras do telemarketing: uma nova dimensão sexual do trabalho? In: *V Congresso Latinoamericano de Sociología del Trabajo (ALAST)*, 2007, Montevideo. Anais do V Congresso Latinoamericano de Sociología del Trabajo (ALAST). Montevideo.
- OFFE, C. (1989). *Trabalho e Sociedade. Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da "Sociedade do Trabalho"*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, (1).
- _____. (1995). *Capitalismo Desorganizado. Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- RIFKIN, J. (1995). *O Fim dos Empregos*. São Paulo: McGraw-Hill Ltda.
- SILVA, M. K. (1998). Uma introdução à História Oral. In: *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, (9).
- SCHNEIDER, S. (2003). Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade - *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, (18), n. 51.
- ZERBIELLI, M. A. (2005). *A Concepção de Desenvolvimento e Metodologia do Trabalho Popular do MTD: da Experiência do Belo Monte aos Novos Assentamentos Rururbanos*. Monografia de Conclusão de Curso Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial apresentado à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Discursos de político(a)s e não-político(a)s sobre o déficit de género na política e as medidas de acção positiva¹

Maria Helena Santos
 CIS (Centro de Investigação e Intervenção Social) / ISCTE
Helena.Santos@iscte.pt

Resumo: Apesar da evolução, em termos de cidadania política, continua a verificar-se um déficit de género ao nível da decisão política (Inter-parliamentary Union, 2008), em todo o mundo, persistindo uma sub-representação das mulheres (e.g., Lisboa, Frias, Roque & Cerejo, 2006; Vianello & Moore, 2004). Para procurar combater as diferenças de género existentes no acesso às oportunidades (Crosby & Clayton, 2001), por exemplo, na política (Santos, 2004), vários países têm adoptado medidas, como é o caso da “Lei da Paridade”, em Portugal. Contudo, há bastante controvérsia em torno deste tipo de medidas, como já vimos no caso das quotas na política (e.g., Santos & Amâncio, 2006), em que há um maior sentimento de injustiça relativamente à medida do que à própria situação de desigualdade. No âmbito de um projecto mais amplo, que tem como objectivo geral fornecer um conhecimento aprofundado sobre os factores explicativos do déficit de género que existe na política, bem como sobre as medidas que se destinam a reduzi-lo, realizámos dois estudos: um estudo com nove entrevistas de grupo a não-político(a)s/estudantes universitários (II) um estudo com 20 entrevistas biográficas a político(a)s/deputado(a)s de todos os partidos políticos com assento parlamentar; (III) e uma terceira análise que confronta os dados, que estão relacionados com esta temática, dos dois estudos. Nesta Comunicação apresentaremos os resultados desta última análise comparativa, que realizámos recorrendo ao software Alceste, e discutiremos os resultados.

¹ Tese de doutoramento financiada pela FCT (ref^o 21628/2005) e sob a orientação da professora Lígia Amâncio (ISCTE/CIS).

Apesar da evolução mundial, em termos de cidadania política, continua a verificar-se um défice de género ao nível da decisão política (*Inter-parliamentary Union*, 2008), persistindo uma sub-representação das mulheres (e.g., Espírito-Santo, 2006; Lisboa, Frias, Roque & Cerejo, 2006; Martins & Teixeira, 2005; Vianello & Moore, 2004).

Para procurar extinguir as diferenças existentes no acesso às oportunidades (Crosby & Clayton, 2001), designadamente, entre homens e mulheres na política (ver Santos, 2004), vários países têm adoptado medidas de acção positiva, como é o caso do Sistema de Quotas, ou da “Lei da Paridade”, em Portugal (Lei Orgânica nº 3/2006, 21 de Agosto)². Desta forma, procura-se diminuir o efeito das categorias de pertença (neste caso, o sexo) nos processos de selecção e repor, efectivamente, o critério do mérito, criando-se uma sociedade mais igualitária e democrática (ver *Global Database of Quotas for Women*, 2006).

No entanto, a implementação deste tipo de medidas, tem gerado bastante controvérsia em todo o mundo, dividindo as opiniões (Crosby & VanDeVeer, 2000), independentemente do sexo, como já vimos no caso da política (e.g., Santos, 2004; Santos & Amâncio, 2007), em que, na generalidade, parece haver um maior sentimento de injustiça relativamente às quotas do que à própria situação de desigualdade.

A literatura tem apontado vários factores de “expulsão” das mulheres da política (Bettencourt & Pereira, 1995, p.11), ou obstáculos que podem contribuir para o défice de género, desde factores socioeconómicos, culturais e institucionais (Norris & Inglehart, 2001) a factores ideológicos (Espírito-Santo, 2006), neste caso, concretamente ligados à ideologia política.

A Psicologia Social tem salientado factores de ordem ideológica e psicológica.

A associação da esfera pública aos homens e da esfera privada às mulheres (e.g., Amâncio, 1994), que, apesar de tudo, continua a existir, resulta, neste caso, no facto da política continuar a ser percebida como um mundo de homens (Thébaud, 2003) e no baixo estatuto ocupacional das mulheres nas profissões a que acedem (Avelar, 2001), persistindo obstáculos informais invisíveis tanto a nível vertical, como horizontal; uma espécie de *glass ceiling*, ou *glass wall*, que impede que as mulheres alcancem os lugares de decisão (e.g., ver Powell & Butterfield, 1994; Sanchez-Mazas & Casini, 2005), como a política.

A *ideologia de género* influencia a Opinião Pública e o comportamento político, constituindo também uma barreira invisível que dificulta a entrada das mulheres (Fitoussi, 2007; Henig & Henig, 2001; Huddy & Terkildsen, 1993a;b; Vianello & Moore, 2004; Zweigenhaft & Domhoff, 1998). Existe bastante evidência em como os eleitores detêm estereótipos de género relativamente aos políticos, e o seu uso tem implicações quer na avaliação dos candidatos, quer na escolha do voto, ou na participação política (Sanbonmatsu & Dolan, 2007), tendo os *estereótipos de género* implicações potencialmente negativas para as mulheres políticas (Huddy & Terkildsen, 1993a).

Os estereótipos de género colocam as mulheres numa *situação duplamente condicionada*, uma vez que são criticadas quer adoptem estilos de liderança estereotipadamente masculinos, quer estilos de liderança estereotipadamente femininos (ver Gardiner & Tiggermann, 1999), sendo, muitas vezes, percebidas ainda mais negativamente pelas próprias mulheres (Mathison, 2001). Esta reacção pode dever-se ao *síndrome da abelha rainha* (Kanter, 1977b), que descreve os discursos individualistas e de negação da discriminação baseada no sexo adoptados, muitas vezes, pelas mulheres que têm sucesso em âmbitos tradicionalmente masculinos, como são disso exemplo as poucas mulheres (*tokens*) que chegam a cargos de direcção (e.g., Nogueira, 1996). Parece que, por interiorizarem de tal forma o estereótipo de género, se acomodam ao sistema, não o questionando (e.g., Jost, Burgess & Mosso, 2001) ou até mesmo reforçando a sua situação de submissão. Este tipo de discursos das mulheres de sucesso constitui, assim, um obstáculo à mobilidade das mulheres, em geral, ao salientar o individualismo e a negação da discriminação. De facto, se este paradoxo, designado por alguns autores (e.g., Crosby, 1982) de *efeito de negação da discriminação pessoal*, tem sido identificado como uma *estratégia de coping*, ligada ao controlo pessoal e à defesa da auto-estima (cf., Crosby & Clayton, 2001), também constitui um obstáculo à mudança social (Taylor & McKirnan, 1984), visto que se os membros dos grupos potencialmente discriminados percebem uma maior discriminação dirigida ao seu grupo do que a eles próprios, podem não agir para melhorar a situação (Olson & Hafer, 2001).

Neste contexto, também é importante considerar os factores externos (Palacios, 2004), como é o caso do contexto, designado por alguns autores de *tokenism* (e.g., Kanter, 1977a, b) e que tem a ver com a elevada restrição do contexto inter-grupal. De acordo com esta Teoria, os indivíduos tornam-se *tokens* quando são uma minoria pequena, sendo mais percebidos como símbolos/modelos da sua categoria do que indivíduos. Trata-se de um contexto ambíguo, porque, na realidade, é vedado aos membros dos grupos desfavorecidos, que, por vezes, acreditam ter poucas oportunidades, porque (des)merecem e não por serem discriminados. E, por outro lado, a sua (escassa) presença vai ajudando a legitimar o sistema (Zweigenhaft & Domhoff, 1998) e a manter o *status quo*, sendo utilizados como prova justificativa da não existência de discriminação, reforçando e legitimando a ideologia dominante, segundo a qual o mérito é o único critério para o êxito (Taylor & McKirnan, 1984).

Assim, outro factor que é importante considerar, prende-se com o *mito do mérito*, ou seja, a *ideologia meritocrática*, fundamental na democracia Ocidental (Crosby & Blanchard, 1989). O mérito está sempre presente tanto nos debates públicos sobre as medidas de acção positiva (e.g., o sistema de quotas), como nas percepções de justiça relativamente

²A Lei impõe a representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos nas listas candidatas às eleições legislativas, autárquicas e europeias. Será estabelecido um sistema de multas para os que não cumprirem as quotas, podendo perder parte do subsídio estatal.

às mesmas. Contudo, como mostrámos num estudo experimental (Santos, 2004; Santos & Amâncio, 2007), a avaliação do mérito também é influenciada pela *ideologia de género*, que, no contexto político, é percebido como um atributo masculino (Santos, 2004; Santos & Amâncio, 2007), sobretudo pelas mulheres. Além disso, num estudo qualitativo (Santos, 2004; Santos & Amâncio, 2004), mostrámos que as competências ideais, para se exercer um cargo político, resumem-se, praticamente, a traços de personalidade (Santos & Amâncio, 2004), geralmente, associados ao masculino, do ponto de vista dos estereótipos de género (Amâncio, 1994).

De entre a *ideologia de género*, as novas formas de sexismo, como o *Sexismo Ambivalente* (Glick & Fiske, 1996) ou o *Sexismo Moderno* (Swim, Ainkin, Hall, & Hunter, 1995), que negam a discriminação contra as mulheres, responsabilizando-as da situação de desvantagem social em que se encontram (Palacios, 2004), baseando-se, assim, na *ideologia meritocrática*, também constituem um enorme obstáculo, porque individualizam os processos de discriminação grupal (Amâncio, 2004). Para Sidanius e Pratto (1999), a maior parte das formas de conflitos grupais e de depressão (e.g., sexismo e racismo), são diferentes manifestações da mesma predisposição humana básica para formar hierarquias sociais baseadas nos grupos. O *sexismo* pode, portanto, ser visto como uma ideologia, ou um elemento estruturador e legitimador do sistema (e.g., Jost & Banaji, 1994, Siddanius & Pratto, 1999), que mantém as diferenças entre homens e mulheres, favorecendo a superioridade dos homens.

Assim, tendo em conta que tanto os membros dos grupos desfavorecidos, como os membros dos grupos favorecidos assimilam as ideologias (Morales, 2005), torna-se importante procurarmos perceber quer as opiniões dos membros dos grupos desfavorecidos, quer as opiniões dos membros dos grupos favorecidos.

O *objectivo geral* deste trabalho, para além de procurar mostrar a *genderização* da profissão de político/a, através da sua associação ao masculino (Santos, 2004), pretende fornecer um conhecimento aprofundado sobre os factores explicativos do *défice de género* na política, bem como sobre as medidas de acção positiva que se destinam a reduzi-lo.

Para tal, foram realizados dois estudos qualitativos: (I) um estudo com entrevistas biográficas a polític@s; (II) e outro estudo com entrevistas de grupo a não-polític@s.

Nesta Comunicação apresentamos uma análise em que comparamos as questões que são comuns aos dois guiões das entrevistas, relativamente ao *défice de género* existente na política, bem como às medidas que procuram diminuir-lo. Pensamos que esse confronto nos permitirá identificar a partilha de dimensões representacionais sobre a esfera política, as novas formas de sexismo e a ideologia meritocrática. São as seguintes as questões que orientaram a nossa pesquisa:

- (I) Se os Significados de género estão associados aos atributos e competências exigidos aos polític@s (Santos, 2004);
- (II) Perceber se a sub-representação das mulheres na política constitui um problema de ordem social (se as pessoas percebem que há discriminação) e/ou política (se questionam a qualidade da democracia representativa),
- (III) Qual a origem dessa situação, de modo a analisar se as atribuições usadas salientam atributos internos às mulheres, de acordo com as atitudes de sexismo moderno que tendem a responsabilizar as mulheres pela sua própria condição (Palacios, 2004), ou se salientam atributos externos, de ordem social;
- (IV) Que tipo de soluções são propostas (caso considerem a questão como um problema);
- (V) E, finalmente, o que pensam de medidas, como o Sistema de Quotas ou da Lei da Paridade.

Estudo com entrevistas biográficas a polític@s

Neste estudo foram realizadas 20 entrevistas biográficas a 11 deputadas e nove deputados em actividade nos partidos políticos portugueses com representação parlamentar (BE, PEV, PCP, PS, PSD ECDS/PP). As suas idades situam-se entre os 28 e os 62 anos ($M=45,95$; $DP=11,52$), sendo a média de idades das deputadas superior ($M=47,7$) à dos deputados ($M=43,8$).

Trata-se de uma população onde não é muito fácil chegar, por isso, foi utilizada a técnica, geralmente, designada “bola de neve”, ou seja, à medida que se faziam as entrevistas, pediam-se mais alguns contactos, de modo a assegurar entrevistas dos deputados e deputadas de todos os partidos políticos com assento parlamentar.

As entrevistas foram todas realizadas por mim própria, na Assembleia da República, entre Dezembro de 2006 e Junho de 2007, e demoraram entre 40 minutos a 3:45 horas. O número de entrevistados é, aproximadamente, proporcional aos partidos³, à excepção do CDS/PP, porque, apesar dos esforços nesse sentido, não conseguimos realizar mais entrevistas.

Estudo com entrevistas de grupo a não-polític@s

Foram realizadas nove entrevistas de grupo em que participaram 51 estudantes de uma Universidade de Lisboa, dos quais seis são também trabalhadores (26 do sexo feminino e 25 do sexo masculino), com a seguinte configuração: *três grupos homogéneos* femininos (constituídos por participantes do sexo feminino), *três grupos homogéneos masculinos* (constituídos por participantes do sexo masculino), e *três grupos heterogéneos* (constituídos por três participantes do sexo feminino e três do sexo masculino). Estiveram sempre presentes seis pessoas à excepção de três grupos homogéneos, onde participaram apenas cinco pessoas. As suas idades variam entre 18 e 41 anos ($M_{\text{geral}} = 21,4$ anos; $M_{\text{homens}} = 21,5$ anos; $M_{\text{mulheres}} = 21,4$ anos).

³ http://www.parlamento.pt/deputados/deputados_gp.aspx

Em termos políticos, posicionam-se, em média, entre o Centro e o Centro Esquerda⁴ ($M= 4,5$). Trata-se de uma amostra não probabilística de conveniência.

Para realizarmos a entrevistas de grupo, criámos um anúncio, com a informação relativa ao estudo, que distribuímos pela Universidade e, além disso, enviámos o mesmo anúncio por *e-mail* a todos os alunos inscritos no Centro de Informática. As sessões foram realizadas por mim própria e um assistente na mesma sala do Laboratório de Psicologia Social e Organizacional, tendo demorado entre 45 minutos a duas horas. As sessões foram gravadas em áudio e transcritas.

No final de cada sessão, preencheram um pequeno questionário, com informação relativa a algumas variáveis de carácter sócio-demográfico, como o sexo, a idade, a ocupação e a posição política.

Análise comparativa entre os discursos d@s polític@s e não-polític@s

Variáveis independentes e questões comuns aos dois guiões

Procedemos, em seguida, à descrição das variáveis independentes e questões nesta análise comparativa. Os conceitos a negrito e entre aspas dizem respeito aos “códigos” usados no *software Alceste*:

Em relação aos polític@s, tivemos em conta a variável sexo (*feminino* “**F**” e *masculino* “**M**”) e a variável de contexto, sendo as repostas, neste caso, individuais - “**inds**”.

No caso d@s não polític@s, para além de considerarmos o sexo *feminino* (“**mulheres**”) e *masculino* (“**homens**”), também consideramos um grupo heterogéneo (“**misto**”). Quanto à variável de contexto, as repostas foram dadas em grupo/ “**grupos**”.

As **questões** são as mesmas, existindo apenas uma pequena alteração na 1ª e 5ª questões, sendo as questões sublinhadas relativas aos polític@s:

Quais as competências necessárias que um/a político/a deve ter? / O que consideram ser o/a política/o ideal, ou bom/boa político/a - **comp_política**

O que acham da situação? - **avaliacao_sit**

Por que acham que a situação acontece? - **justifica_sit**

Trata-se de uma situação que se deve manter, ou há um problema, do ponto de vista da democracia ou da sociedade? - **mant_problema**

Como é que acham que se pode resolver a situação? O que fariam, caso tivessem poder para alterar a situação? / Que outras medidas considera importantes ou necessárias para diminuir o *défice de género*? - **resolucao_sit**

O que acha(m) de medidas de acção positiva, como o Sistema de Quotas ou da Lei Paridade? - **avaliacao_ap**

Procedimento de análise de dados

Os dados foram analisados recorrendo ao *software Alceste*, versão 4.7 (IMAGE, 2005), uma técnica computadorizada e uma metodologia de análise de dados qualitativos, que incide na composição lexical e estruturação temática do material da entrevista. Ou seja, realiza uma análise lexical de segmentos de texto, com vista a identificar a organização interna do discurso (Reinert, 1998), neste caso, dos grupos de estudantes (não-polític@s) e d@ deputad@s (polític@s). A partir das técnicas estatísticas utilizadas, permite isolar *classes lexicais*⁵, de acordo com o tipo de vocabulário, a dispersão, a ocorrência e co-ocorrência de palavras nos contextos discursivos produzidos pelos participantes. Assim, é possível obter categorias de vocabulário que remetem para determinadas representações, tornando possível a sua explicitação. Além disso, a especificidade do vocabulário dos contextos lexicais expressa revela as dimensões de significado que são pertinentes para a interpretação dos discursos (e.g., ver Soares, 2005; Soares & Jesuino, 2004).

Para se usar esta metodologia é necessário, antes de mais, preparar um *corpus* de análise, que, neste caso, foi constituído pelas repostas dos 51 estudantes universitários e 20 deputados de ambos os sexos às questões que colocámos acima.

O ALCESTE organiza esse material tendo em conta duas unidades básicas: as *unidades de contexto iniciais* (UCI’s, relativas à primeira divisão do material) e as *unidades de contexto elementar* (UCE’s), relativas aos fragmentos de texto do *corpus* organizados pelo ALCESTE, de acordo com critérios de pontuação e tamanho do texto. A partir da identificação das UCE’s, o programa realiza uma *classificação descendente hierárquica* (CDH) do conjunto de unidades contextuais, criando um *dendograma* que permite verificar a análise estatística efectuada, com a frequência das palavras representativas para cada uma das classes, a força de ligação entre elas, bem como a percentagem de cada uma (Bonomo, Trindade, Souza & Coutinho, 2008).

Embora o ALCESTE também realize uma *análise factorial de correspondências* (AFC), nesta comunicação centramo-nos apenas na CDH.

Resta realçar que a natureza estatística desta metodologia levou à redução da variabilidade do *corpus* de material resultante das entrevistas, ou seja, o material com menor representatividade foi eliminado da análise, resultando, deste processo, uma análise efectuada com 72.31% do *corpus* de dados inicial.

⁴ A escala variava entre 1 e 7: Extrema direita, direita, centro direita, centro, centro esquerda, esquerda, extrema esquerda.

⁵ Estas constituem classes de palavras retidas a partir dos discursos.

houver igualdade de competências, acho que sim. Se não houver competências, se for só encher, só para dizer ‘olha, então, sim, está aqui mais uma mulher’...”

Existem discursos favoráveis à entrada das mulheres, através das medidas de acção positiva, como forma de acelerar o processo, visto que, desta forma, pode despertar o interesse das outras mulheres:

“Eu concordo, porque, acho que é uma medida de acção positiva, porque vai tentar dar uma percentagem mínima que poderá ser representativa, ou não, de um grupo que esteja sub-representado, ou seja, será dar voz a quem não tem, ou a quem esta mal ouvido, por exemplo.”

E existem discursos desfavoráveis, considerando que, se tiverem interesse, as mulheres é que devem lutar para ultrapassar os obstáculos:

“eu acho que as mulheres, se querem, se têm interesse, devem concorrer e devem lutar e ir para política. Mas se não querem, não devem, porque eu acho que não têm perfil, digamos. Por exemplo, 50/50, ou 60/40, acho que não há. Acho que as pessoas que lá estão, devem estar lá por interesse e não deve haver barreiras à entrada a ninguém.”

Outra dimensão que ilustra os discursos ambivalentes face às medidas (ver a UCE seguinte), porque, por um lado, acreditam que pode haver um desinteresse das mulheres pela política e, nesse caso, não se deve obrigá-las e, por outro, se há, de facto, obstáculos, as medidas não vão conseguir apagá-las, podendo continuar a haver represálias e formas de expulsão das mulheres de várias outras formas:

“Eu acho que é uma maneira de mudar. Agora, se é, realmente, porque as mulheres não querem e têm todas as oportunidades para isso, assim não vale a pena mudar!”

A Classe 1 – Défice de género determinado por diversos factores

representa 21.04% das UCE’s. As dimensões e conteúdos que salientes nesta classe, que se agrega à temática anterior, remetem para a justificação do défice de género e para as sugestões de resolução dessa situação, salientando como grandes obstáculos factores históricos, culturais, económicos e ideológicos (e.g., papéis de género) e biológicos, que influenciam as pessoas, independentemente do sexos, devendo, por isso, haver uma alteração, como reflectem as seguintes UCE’s:

“...lá está, está tudo relacionado com factores históricos, com o facto de as mulheres terem que cuidar dos filhos, porque entre um casal, em que os dois querem seguir carreira, chegam a uma altura em que tem decidir.”

“... há sempre modelos que nós nos habituamos a ver, quer dizer, até nos avós. Por exemplo, o facto das tarefas domésticas estarem sempre associadas às mulheres, o cuidar dos filhos, embora, aí, até possa haver um fundamento biológico, por ser a mulher que transporta o filho no ventre durante nove meses e a seguir amamenta.”

“o nível de vida conta muito, porque conta muito chegar a casa e ter, por exemplo, não sei quantos electrodomésticos, ou ter serviços e lavandarias, que estão abertos até tarde, isto e aquilo, para os filhos, as creches, e tudo”.

Outros “culpam” as mulheres pela sua própria situação de sub-representação, embora seja também consequência dos mesmos factores/obstáculos:

“muitas vezes, não há iniciativa das mulheres, porque elas próprias se põem de parte, devido à mentalidade. Muitas vezes, é a própria mulher que se estigmatiza um pouco, no sentido de que ainda absorve certas ideias culturalmente aceites.”

Outra dimensão ilustra os que fazem sugestões para se procurar resolver a situação, sendo, sobretudo, feitas em torno dos papéis de género e ao nível privado:

“isso não acontece, se houver uma complementaridade entre homens e mulheres. Essa coisa da reprodução acaba por não influenciar. Enquanto não houver a mudança dessa ideologia. Eu acho que, a nível geral, toda a gente acha, as mulheres engravidam, elas é que têm que andar com aquela criança dentro da barriga durante nove meses, depois, a criança nasce, e...”

“acho que já começámos esse processo de evolução. Eu acho que sim. É continuar a incentivar mais. Em casa, por exemplo, tentar minimizar a estrutura matricial, que cada vez, há menos, em que há a mulher e o pai em cima, a mãe e os filhos...”

A Classe 4 – Des/favorabilidade face às acções positivas: alterações nos partidos e na sociedade

concentra 11.32% das UCE’s e prende-se, sobretudo, com os discursos dos polític@s. As dimensões e conteúdos têm a ver com a avaliação das acções positiva, sendo os discursos bastante heterogéneos, em que alguns são desfavoráveis (e.g., membros de alguns partidos da esquerda parlamentar) sugerindo antes, como forma de resolução, alterações ao nível do funcionamento dos partidos e da sociedade:

Sempre houve uma grande participação das mulheres. Aliás, nos últimos 10 anos foram mais as mulheres que assumiram dianteira do partido, em termos de iniciativas partidárias. Acho que o que é importante é introduzir alterações na sociedade para que as mulheres, de facto, participem de uma forma igual e que, essa igualdade, aconteça dentro dos partidos políticos e dentro das listas eleitorais.”

“depois, esta tónica, também é importante, termos sempre presente que a Lei das quotas é importante, mas que, se os partidos políticos não mudarem, eles próprios, não vamos passar dos 33% (...)”

Existem discurso desfavoráveis que ora questionam a viabilidade das medidas, ora defendem antes um maior empenho por parte das mulheres, como ilustram as seguintes UCE:

“quantas de vocês já lutaram, já se envolveram em listas das vossas secções, distritais, que intervieram directamente, com coragem, para afrontar o mal que existe dentro do partido?”

“e mais, pode ser inviável. Há sítios onde esta Lei é completamente inaplicável. Em determinadas autarquias de pequena dimensão, por exemplo, é completamente inaplicável. Nas estruturas partidárias, nas secções dos partidos políticos.”

Também existem discursos favoráveis, nomeadamente, porque acreditam que a democracia só é plena se for igualitária, como vemos pela seguinte UCE;

“a democracia só é plena se for igualitária. E, portanto, para aí, demos um contributo, que é o contributo essencial, que é termos aprovado uma Lei, concepções adequadas que obriga a que, na Assembleia da República, autarquias, haja aquilo que é considerado, um mínimo para garantir a paridade...”

A Classe 6 - Défice de género determinado pela organização social e política

abarca 10.23% das UCE's e as dimensões e conteúdos remetem para a avaliação e justificação da situação. É bastante saliente o discurso em como esta desigualdade é, apenas, mais uma das desigualdades existentes na sociedade, fruto da forma como esta está organizada (e.g., em termos económicos), como exemplificam as seguintes UCE's:

“tem a ver com razões que se prendem com a organização da sociedade. Não é uma questão de homens ou mulheres, não tem que ver com uma questão de perspectiva machista, ou menos feminista, tem a ver com uma questão da organização da sociedade.”

“e, portanto, se temos uma sociedade marcada pela discriminação de género, obviamente que a actividade política vai reflectir isso. A actividade política não é uma ilha na sociedade e, portanto, reflecte a sociedade que está à volta. Nós não podemos desligar uma determinada realidade seja ela profissional, organizacional, de tudo o resto que a envolve

“nós temos uma sociedade economicamente organizada na base da desigualdade. Essa desigualdade há-de repercutir-se em tudo o resto. Quando temos aqueles que vivem do seu trabalho e o outros que vivem do trabalho dos outros, à partida, temos criada a desigualdade fundamental.”

É sugerido que, para além da mudança das mentalidades, as alterações devem fazer-se, ao nível do funcionamento dos partidos, da organização da sociedade e através da exigência por parte de todos, independentemente dos sexos, de uma aplicação efectiva das leis já existentes:

“só com a transformação desta sociedade e com a construção de uma outra sociedade, em que a discriminação não seja, de facto, o ponto de partida, é que se consegue que, em tudo o resto, que é reflexo da organização da sociedade, não haja discriminação.”

“é desta forma. De uma integração de cidadania e de exigência, por parte de todos e da sociedade, e, particularmente, das mulheres. O caminho não é o caminho das quotas. É com dois traços fundamentais. Por um lado, a mudança de mentalidade e, por outro, a concretização das medidas legislativas produzidas pós 25 Abril, garantas da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.”

E não através do recurso às medidas de acção positiva, até porque também é uma forma de cercear a liberdade dos partidos:

“... nessa medida, a standardização é uma coisa terrível, extrapolar a standardização para a organização, numa perspectiva da igualdade no resultado, é subverter esta lógica, porque isto também pode significar cercear a liberdade.”

“ou seja, aquilo que se pretende obter é exactamente o contrário daquilo que se faz. Aquilo que devia ser uma perspectiva de definição de critérios, que não são critérios de género, vai, agora, ser condicionada por critérios de género, sem que isso corresponda a uma perspectiva correctiva da situação.”

Finalmente, a Classe 5 - Atributos e competências exigidos na política

engloba 10.10% das UCE's e as suas dimensões e conteúdos remetem para a designação de atributos e competências considerados importantes no bom exercício da política, baseando-se, sobretudo, em traços de personalidade, como: a honestidade e o carisma, como ilustram as seguintes UCE's:

“um bom político, tem que ter carisma, capacidade de liderança, tem que ter reconhecimento social, ser competente, e tem que fazer passar a mensagem. Tem que ser, para além de um bom crítico e de um homem com uma capacidade de sustentar a ideia que defende”

“idealmente, seria a honestidade, seria a seriedade.”

“...coragem, objectivos muito simples e perceptíveis pelas população. E objectivos que, regra geral, são galvanizadores de causas. Sim, coragem, é indispensável, coragem, visão de futuro, galvanizador de causas e estratégia de futuro. Fazem um bom político.”

Síntese dos resultados

Procurando sinteticamente responder às 5 questões iniciais, e começando pelos últimos resultados:

(I) - há uma genderização da profissão de político/a entre polític@s e não polític@s), referindo sobretudo, traços de personalidade, muito associados ao simbólico masculino, como já tínhamos mostrado anteriormente (Santos, 2004);

(II e III) - @s não polític@s justificam o défice de género recorrendo a diversos factores que, na sua opinião, influenciam todas as pessoas. Por essa razão, também “culpa” as mulheres da sua situação de sub-representação -

atribuições internas. Concluem que a situação espelha a sociedade, sendo, por isso, “natural” que nos países desenvolvidos haja uma maior igualdade, visto reflectir a evolução histórica “normal” de cada país. Acreditam que em Portugal também vai haver uma evolução nesse sentido, mas preferem que esta seja feita “naturalmente”. Assim, nesta perspectiva, trata-se sobretudo de um problema social. Por seu lado, para @s polític@s, o *défice de género* na política, fruto de vários factores, é apenas mais uma das desigualdades existentes na sociedade, reflectindo a forma como esta está organizada. Partilhando a mesma mentalidade, a política acaba por reflectir o mesmo desequilíbrio, traduzindo-se no funcionamento dos partidos. Nesta perspectiva, trata-se de um problema social e político.

(IV) - Embora sejam dadas algumas sugestões para alterar a situação (sobretudo, em termos dos papéis de género, ao nível privado), @s não polític@s consideram que a evolução deve continuar a fazer-se “naturalmente”. Por outro lado, @s polític@s consideram que as alterações devem fazer-se, sobretudo, ao nível do funcionamento dos partidos, da organização da sociedade, através da exigência de todos de uma aplicação efectiva das leis.

(V) - Os discursos sobre as medidas de acção positiva são bastante heterogéneos quer entre os não polític@s, quer entre os polític@s: independentemente da opinião d@s não polític@s, há a dúvida latente quanto à competência e interesse das mulheres pela política, considerando que a sua entrada, através das medidas de acção positiva, irá diminuir a qualidade da política. A perspectiva d@s polític@s parece reflectir a sua experiência no partido. Ora são favoráveis, como medida provisória (e.g., membros de partidos de esquerda), ora são desfavoráveis (e.g., membros de partidos de esquerda), ora sugerem alterações no funcionamento dos partidos e na sociedade, ora consideram que as mulheres é que devem empenhar-se mais para combater os obstáculos que possam existir. São contra as medidas de acção positiva, até porque é uma forma de tirar a liberdade aos partidos.

Em conclusão, os obstáculos que parecem aqui centrais são do foro institucional e ideológico, isto é, a organização política e a persistência de uma visão social que considera que a política é um mundo masculino, nas competências que exige e na sua forma de organização interna.

Esta questão não parece, assim, dividir a esquerda da direita partidária que apenas se distinguem no tipo de justificação adoptadas, nem dividir polític@s de não polític@s que apenas se distinguem pela maior preocupação dos primeiros com o respeito pela legislação vigente e a sua postura mais crítica em relação aos partidos.

Referências Bibliográficas

- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino: construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (2004). Percepção da discriminação e da justiça. Novos desafios na pesquisa psicossociológica. In A. Cova, N. Ramos & T. Joaquim (Orgs.). *Desafios da Comparação: Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil* (pp. 333-342). Oeiras: Celta.
- Avelar, L. (2001). *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Editora UNESP.
- Bettencourt, A.M., & Pereira, M.M.S. (1995). *Mulheres Políticas: as Suas Causas*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Crosby, F.J. (1982). *Relative deprivation and working women*. Oxford: Oxford University Press.
- Crosby, F.J., & Clayton, S.D. (2001). Affirmative action: Psychological contributions to policy. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 1, 71-87.
- Crosby, F.J. & VanDeVeer, C. (2000). *Sex, race and merit: Debating affirmative action in education and employment* (Edas.). Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Espírito-Santo, A. (2006). “Para além das cerejas.... As mulheres nos principais partidos políticos portugueses”. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Manuscrito não publicado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Fitoussi, M. (2007). *Femmes au pouvoir femmes de pouvoir*. Paris: Hugo Doc.
- Gardiner, M., & Tiggermann, M. (1999). Gender differences in leadership style, job stress and mental health in male- and female-dominated industries. *Journal of Occupational and Organisational Psychology*, 72, 301-15.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 491-521.
- Global Database of Quotas for Women (2006). A joint project of the International Institute for Democracy and Electoral Assistance, and Stockholm University. Retirado em 8 de Janeiro de 2007 de: <http://www.quotaproject.org/>
- Henig, R., & Henig, S. (2001). *Women and political power: Europe since 1945*. Routledge: London & New York.
- Huddy, L. & Terkildsen, N. (1993a). The consequences of gender stereotypes for women candidates at different levels and types of office. *Political Research Quarterly*, 46, 503-525.
- Huddy, L. & Terkildsen, N. (1993b). Gender stereotypes and the perception of male and female candidates. *American Journal of Political Science*, 37, 119-47.
- Inter-Parliamentary Union (2008). Les femmes dans le parlements nationaux: Etat de la situation 29 février 2008. Retirado em 9 de Abril de 2008 de: <http://www.ipu.org/wmn-f/world.htm>
- Jost, J.T., & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the productios of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1-27.
- Jost, J.T., Burgess, D., & Mosso, C. (2001). Conflicts Conflicts of legitimation among self, group, and system: The integrative potential of system justification theory. In J.T. Jost and B. Major (Eds.), *The psychology of legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice, and intergroup relations* (pp. 363-388). New York: Cambridge University Press.

- Kanter, M. (1977a). *Men and women of the corporation*. New York: Basic Books.
- Kanter, M. (1977b). Some Effects of Proportions on Group Life: Skewed Sex Ratios and Responses to Token Women. *The American Journal of Sociology*, 82, 965-990.
- Lisboa, M., Frias, G., Roque, A., & Cerejo, D. (2006). Participação das Mulheres nas Elites Políticas e Económicas no Portugal democrático (25 de Abril de 1974 a 2004). *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18, 155-179.
- Martins, M.M., & Teixeira, C. P. (2005). O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal. Lisboa: CIDM.
- Mathison, D. L. (2001). Sex differences in the perception of assertiveness among female managers. *The Journal of Social Psychology*, 126, 599-606.
- Morales, E.M. (2005). Análisis psicosocial del poder en las relaciones de género. Tesis doctoral en psicología social y metodología de las ciencias del comportamiento. Universidad de Granada, Granada.
- Nogueira, C. (1996). Um novo olhar sobre as relações sociais de género: perspectiva feminista crítica na psicologia social. Dissertação de doutoramento em Psicologia. Braga: Universidade do Minho.
- Norris, P., & Inglehart, R. (2001). Women and Democracy: Cultural obstacles to equal representation. *Journal of Democracy*, 12, 126-140.
- Palacios, M.S.G. (2004). Consecuencias de la discriminación en función de la movilidad social y el género. Tesis doctoral. Manuscrito no publicado. Granada: Universidad de Granada.
- Powell, G.N., & Butterfield, D.A. (1994). Investigating the "glass ceiling" phenomenon: An empirical study of actual promotions to top management. *Academy of Management Journal*, 37, 68-86.
- Reinert, M. (1998). Quel objet pour une analyse statistique de discours? Quelques réflexions à propos de la réponse Alceste. In S. Mellet (Ed.), *JADT 1998* (p.p.557-569). 4èmes Journées Internationales d'Analyse Statistique des Données Textuelles. Nice: Université de Nice-Sophia-Antipolis.
- Sanbonmatsu, K., & Dolan, K. (2007). Gender Stereotypes and Gender Preferences on the 2006 ANES Pilot Study. A report to the ANES Board of Overseers. Retirado a 05 de Dezembro de 2006 de www.electionstudies.org/resources/papers/Pilot2006/nes011883.pdf
- Sanchez-Mazas, M., & Casini, A. (2005). Egalité formelle et obstacles informels à l'ascension professionnelle: les femmes et l'effet "plafond de verre". *Social Science Information/ Sur les science sociales*, 44, 141-173.
- Santos, M.H. (2004). Género e Política: Uma análise psicossociológica das reacções às acções positivas. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Organizacional. Diploma de Estudos Europeus Avançados de Psicologia Social. Manuscrito não publicado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Santos, M.H., & Amâncio, L. (Maio, 2004). Uma perspectiva psicossociológica da controvérsia em torno das acções positivas: o género em contexto político. Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. *Sociedades contemporâneas: Reflexividade e Acção*. Ateliers: Género. Braga: Universidade do Minho. www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628d49175321_1.pdf
- Santos, M.H., & Amâncio, L. (2007). Reacções às acções positivas: o olhar da psicologia social do género. In M.B. Monteiro, M. Calheiros, R. Jerónimo, C. Mouro & P. Duarte (Orgs.), *Percursos da investigação em Psicologia social e organizacional* (Vol.II, pp.57-74). Lisboa Edições Colibri.
- Sidanius, I., & Pratto, F. (1999). *Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. New York: Cambridge University Press.
- Soares, C. (2005). Em torno do pensamento social e do conhecimento do senso comum. A aplicação da metodologia Alceste em contextos discursivos distintos. In A.S.P. Moreira, B.V. Camargo, J.C. Jesuino, S.M. Nóbrega (Orgs.), *Perspectivas Teórico-Metodológicas em Representações Sociais* (pp.541-571). João Pessoa, Brasil: Editora Universitária – UFPB.
- Soares, C., & Jesuino, J. C. (2004). Memória Social e Representações sobre o Descobrimento do Brasil. Análise dos Manuais Portugueses de História. *Psicologia*, XVII(2), 321-334.
- Swim, J.K., Aikin, K.J., Hall, W.S., & Hunter, B.A. (1995). Sexism and racism: Old-fashioned and modern prejudices. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 199-214.
- Taylor, D.M., & McKirnan, D.J. (1984). A five-stage model of intergroup relations. *British Journal of Social Psychology*, 23, 291-300.
- Thébaud, F. (Maio, 2003). Du suffrage des femmes à la parité politique, le genre de la démocratie en France. Comunicação apresentada na Universidade Aberta, Lisboa.
- Vianello, M., & Moore, G. (2004). *Women & Men in Political & Business Elites. A Comparative Study in the Industrialized World* (Org.). London: SAGE, Studies in International Sociology, 53.
- Zweigenhaft, R.L., & Domhoff, G.W. (1998). *Diversity in the Power Elite: Have Women and Minorities Reached the Top?* New Haven, CT: Yale University Press.